



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23 2021/2021

ARP nº 23/2021

PROCESSO nº. 0003754-87.2020.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 14/2021(SRP)

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **GDD EDITORA GRAFICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **30.597.675/0001-20**, com sede Av. Dois, nº 64, Conjunto Água Branca, bairro Darcy Vargas. Contagem/MG. CEP: 32.370-720. Telefone(s): (31) 3198-1100 , (31) 99163-9505, e E-mail(s): gddeditora@yahoo.com, neste ato representada por **DANIEL HENRIQUE DE ALMEIDA MARQUES**, brasileiro, portador do **RG** nº. **ID: MG-11.053.657**, e **CPF** nº. **052.215.836-66**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item	ESPECIFICAÇÃO
01	Item 01 do Edital. CÉDULA ELEITORAL - Impressão em papel sulfite, 75g/m², dimensões (AxL). Largura mínima após a dobra 84mm. Impressão preta 1x1. Haverá duas cédulas distintas, uma de cor branca, (cores a critério do TSE), a serem confeccionadas em maneira tal que, dobradas, não apresentem o voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-las acondicionado em embalagens individuais. (Cód. 110604). Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), TRE-RO prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O entregador deve entregar no TRE-RO em até 30 (trinta) dias corridos após aprovação da primeira versão e indicação de marca.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor total da ARP, R\$

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, na Seção de Almoxarifado do TRE-RO, no seguinte endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859. Telefone para contato: (69) 3211-2092/2051.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. A Gestão do presente objeto será realizada pela SECOMS e COMAP. A Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da unidade demandante de seu respectivo item, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na Lei 8.666/93.

1.9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 08 de setembro de 2021

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábيا Maria dos Santos Silva

CPF: 567.849.102-49

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/09/2021, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL HENRIQUE DE ALMEIDA MARQUES, Usuário Externo**, em 13/09/2021, às 07:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 13/09/2021, às 09:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 13/09/2021, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0736398** e o código CRC **BFC7556D**.

0003754-87.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0003754-87.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 12/2021 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – Eventual contratação de empresa especializada na confecção de MATERIAIS GRÁFICOS.

PARECER JURÍDICO Nº 127 / 2021 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), com o objetivo de eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de materiais personalizados, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias deste Tribunal ([0641573](#)).

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0716591](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 97/2021 - PRES/DG/AJDG ([0717424](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2021 ([0720752](#)), após alteração do Termo de Referência nº 4/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0718673](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0720753](#).

04. Foi apresentado somente 1 (um) pedido de esclarecimento ([0724691](#)) e não houve impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0725543](#));

b) Propostas das licitantes GDD Editora Gráfica EIRELI ([0725593](#)), Teixeira Digital e Soluções Gráficas LTDA/EPP ([0725601](#)), Homel Industria e Comércio LTDA ([0725604](#)); LHC Comércio e Serviços LTDA – ME ([0725607](#)), Gráfica Porto LTDA EPP ([0725619](#)), RB Comunicação Visual EIRELI EPP ([0726784](#)) e OCA Serviços de Publicidade LTDA ([0727200](#));

c) manifestações das unidades técnicas – COMAP, GABSJGI, SECOMS, SEALM e COPES – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0725783](#), [0725800](#), [0725834](#), [0726311](#), [0727025](#), [0727232](#) e [0727272](#));

d) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0727272](#), [0728881](#), [0728883](#), [0728887](#), [0728890](#), [0728893](#), [0728895](#), [0728898](#) e [0728900](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0728982](#)), o Resultado por Fornecedor ([0728985](#)), o Termo de Adjudicação ([0728988](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0729746](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 30/2021 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0729093](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0729117](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0720753](#)).

10. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:
Foi apresentado 1 pedido de esclarecimento devidamente respondido pelo ([0724691](#)). Não houve impugnação.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0725543](#)) e na ata do certame ([0728982](#)). Não houve recusa de lances;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 30/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0729093](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 2, 12, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 24, 31 e o lote 1 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes A VIEIRA SERVICOS para o item 32 ([0728878](#)), BUD CRUZ EIRELI para os itens 06, 09, 10 e 29 ([0728881](#)), GDD EDITORA GRAFICA LTDA para o item 01 ([0728883](#)), GRAFICA PORTO LTDA para os itens 25, 26, 27 e 28 ([0728887](#)), HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES EIRELI para os itens 05, 07, 08, 12, 20 e 21 ([0728890](#)), L.H.C COMERCIO E SERVICOS LTDA para os itens 16 e 17 ([0728893](#)), OCA SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA para os itens 19 e 30 ([0728895](#)), RB COMUNICACAO VISUAL EIRELI para o item 4 ([0728898](#)) e TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA para os itens 03 e 14 ([0728900](#)).

Ainda, é importante consignar que o pregoeiro registrou falta de apresentação das declarações de acessibilidade e de cota de aprendizagem pela licitante L. H. C. COMERCIO E SERVIÇOS e explicou que esta situação não interferiu para adjudicação dos itens 16 e 17 para empresa mencionada. Isto porque as MEs/EPPs estão dispensadas de contratação de aprendizes por força do art. 56, I, do Decreto nº 9.578/2018 e se encontram no prazo de adaptação para as condições de acessibilidade implementada pela Lei nº 13146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A fundamentação apresentada pelo pregoeiro para não inabilitação baseada na ausência das referidas declarações está de acordo com o regimento legal.

Além disso, acrescenta-se que as declarações citadas não são documentos habilitatórios previstos taxativamente no art. 27 a 31 da Lei 8.666/93, aplicadas ao pregão por interpretação extensiva e ante o seu caráter simplificado, muito menos está elencado como tal no Edital nº 14/2021, subitens 9.1, 9.2 e 9.3. Nesse sentido é entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) elucidado no seguinte acórdão:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Administração não deve exigir documentos de habilitação além daqueles previstos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993, a exemplo da declaração de que a licitante apresenta, na assinatura do contrato, certificação CMMI (Capability Maturity Model Integration) ou MPS.Br (Melhoria de Processos do Software Brasileiro). **Acórdão 189/2009-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO (sem grifo no original)**

A única declaração que constitui documento de habilitação previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos é a constata do art. 27, V, em cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da CF/88 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos).

Desta forma, a não apresentação/ preenchimento das referidas declarações não enseja, a inabilitação do licitante, posto que não se trata de documento habilitatório, nem a desclassificação da sua proposta, uma vez que não se trata de requisito relacionado à execução do objeto licitado.

Quanto a declaração de acessibilidade, ela somente é utilizada para aplicação de benefícios na participação em processos licitatórios para as empresas que reservam vagas de trabalho para pessoas com deficiências e para os reabilitados da Previdência Social, nos termos do inciso V, § 2º e § 5º, ambos do artigo 3º da Lei n. 8.666/93. Assim, sua inexistência na documentação apresentada pela empresa implica apenas sua participação no certame sem a condição preferencial que a declaração poderia trazer caso tenha sido entregue. E, no caso concreto, não houve empate real e também não foi estabelecido, no edital, margem de preferência para as licitantes que cumpram as regras inerentes à reserva de cargos de trabalho ora tratada. Desta forma, a conduta do pregoeiro atingiu o objetivo da licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como seguiu a orientação do TCU sobre o tema. Veja-se:

É ilegal a *inabilitação* de empresas em razão da falta de apresentação de *declarações* que não constavam do rol dos documentos especificados no edital como necessários à superação dessa fase do certame. **Acórdão 1052/2012-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER**

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0728982](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os itens 2, 12, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 24 e 31, bem como lote 1 restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram propostas com valores acima do estimado. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III – DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0728988**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 30/08/2021, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 30/08/2021, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003754-87.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 14/2021 - Formação de Registro de Preços – Contratação de empresa especializada na confecção de MATERIAIS GRÁFICOS.

DESPACHO Nº 1148 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), com o objetivo de eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de materiais personalizados, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias deste Tribunal ([0641573](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 14/2021 ([0720752](#)).

O pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0725543](#)), a Ata do Certame ([0728982](#)), termo de adjudicação ([0728988](#)) e a comprovação de sua publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0729746](#)). Por fim juntou o Relatório nº 30/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0729093](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0729117](#)).

Houve um pedido de esclarecimento, devidamente respondido e publicado ([0724691](#)). Não houve impugnação ao edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No dia e horário agendado para o início da sessão pública, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes A VIEIRA SERVICOS para o item 32 ([0728878](#)), BUD CRUZ EIRELI para os itens 06, 09, 10 e 29 ([0728881](#)), GDD EDITORA GRAFICA LTDA para o item 01 ([0728883](#)), GRAFICA PORTO LTDA para os itens 25, 26, 27 e 28 ([0728887](#)), HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES EIRELI para os itens 05, 07, 08, 12, 20 e 21 ([0728890](#)), L.H.C COMERCIO E SERVICOS LTDA par os itens 16 e 17 ([0728893](#)), OCA SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA para os itens 19 e 30 ([0728895](#)), RB COMUNICACAO VISUAL EIRELI para o item 4 ([0728898](#)) e TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA para os itens 03 e 14 ([0728900](#)). Os itens 2, 12, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 24, 31 e o lote 1 restaram **fracassados**.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0728988](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ([0732343](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenham restados fracassados os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0728982](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 14/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0728988](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À COMAP, para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 2, 12, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 24, 31 e do lote 1, com base no art. 24,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

A unidade solicitante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 27 do Parecer Jurídico n. 127/2021 ([0732343](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/09/2021, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.